

Na fábrica Cajú de Moçambique

# Trabalhadores dizem que há problemas graves

— Director-geral diz que isso é mentira

Por Paulo Machava

**Os trabalhadores da fábrica Cajú de Moçambique, sediada na Machava, em Maputo, denunciam a existência de alegadas irregularidades e desmandos, caracterizados por desvios de máquinas, peças sobressalentes, viciação de patentes de peças, forja e falsificação de documentos de pagamento de serviços prestados a outras instituições.**

A carta de denúncia destas irregularidades, a que o SAVANA teve acesso, refere que os potenciais protagonistas destas acções são al-

consistem em "saques desenfreados".

Os trabalhadores subscritores da carta, que solicitaram o anonimato por

caracterizadas por gastos avultados de dinheiro no pagamento a pessoas eventuais e desnecessárias em detrimento de trabalhadores efectivos da empresa.

Numa outra passagem, os denunciantes dizem que "ninguém do governo tem prestado a devida atenção em relação à situação vigente que temos assistido quase que diariamente".

Na carta que faz um rol de denúncias, os trabalhadores responsabilizam a direcção da empresa pela grave crise financeira que a fábrica atravessa. E mais, consideram esta situação, "sem prece-

lização de falência".

No contacto estabelecido com alguns empregados da Cajú para "medir a tensão" da situação, soubemos que o director de Produção, José Manuel de Oliveira é apontado como sendo o principal protagonista do descontentamento dos trabalhadores por ter ordenado "a desmontagem de uma caldeira que custou, na altura, mais de 400 milhões de meticais, para parte incerta".

Segundo as nossas fontes, questionado o director de produção sobre o paradeiro da caldeira, este teria dito que a mesma fora reti-

da encontra-se paralisada, e mais, a máquina estava operacional. Então, será que há uma necessidade disso, aliando ao facto da fábrica estar em processo de alienação? Isto quer dizer que o senhor director de produção está preocupado em alienar a empresa em perfeitas condições de laboração, facto que ele não conseguiu durante o período em que esteve em actividade? — perguntou um dos trabalhadores.

Se é uma reparação, como se compreende ter forjado um recibo de pronto pagamento à empresa Irmãos Pinto, LDA, para onde pensamos tenha sido levada a caldeira? — questionam, adiantando que "se realmente a caldeira foi paga, isso significa que o dinheiro entrou para os bolsos de alguém porque nos cofres da empresa ainda não entrou".

Uma guia de remessa datada de 5 de Novembro a que o SAVANA teve acesso faz referência ao pronto pagamento de uma caldeira completa, usada, a empresa Irmãos Pinto.

Sem especificar as razões da entrega à dita empresa, a guia limita-se a indicar a matrícula de uma viatura de marca desconhecida que teria transportado a máquina.

## Outros desvios

No leque da enumeração dos vários problemas que afectam a Cajú de Moçambique, os denunciantes, através da carta cuja cópia está em poder do nosso semanário, acusam ainda o director de produção de ter mandado retirar, da casa de hóspedes, uma geleira e camas para lugar incerto e um ar condicionado rectangular da FNAC nas antigas instalações da OCEQ, Machava-2.

O documento prossegue apontando que "o director teria levado a geleira e as camas para a MOCITA, em Xai-xai. Mas, será que isso constitui a verdade? Se a MOCITA foi já privatizada para quem transportar os bens da Cajú para essa empresa? — eis a dúvida colocada pelos trabalhadores.

Acrescentou que "como a fábrica se encontra paralisada e com problemas financeiros não se devia continuar a processar os vencimentos da médica, do jurista, do assessor da direcção e do jornalista da Rádio Moçambique".

Sobre a inclusão na folha de salários do antigo director financeiro, Gil Mulhovo, transferido em 1993 para a fábrica de Chamanulo, Mauliango afirmou desconhecer o assunto, argumentando que "sou sindicalista e não administrativo".

A concluir, o secretário do Comité Sindical disse "não ter nenhuma informação de trabalhadores dispensados que estão empregues noutros sítios, mas, também, se estiverem a fazer alguns biscoitos por aí não há problemas nenhuns". ■

consideram ser um "saque de bens da empresa".

Sobre este assunto, o SAVANA conversou com o antigo inquilino da casa, um ex-cooperante da empresa, de nome António Manuel França que confirmou a troca de nomes para o director-geral.

França, que tem uma ordem de despejo decidida pelo director-geral, disse-nos que não abandona a casa até que a Cajú lhe pague os salários em atraso. Ele acrescentou que neste assunto está metido o secretário de estado do Cajú que lhe enviou uma carta informando sobre as trocas de nomes a favor de Jaime Cuamba.

Outras questões que preocupam os subscritores da carta-denúncia relacionam-se com aquilo que consideram de distribuição de dinheiro por "amigos" caracterizada pela continuação de pagamentos de salários mensais a pessoas eventuais. Citam o caso da médica que foi contratada quando a fábrica ainda se encontrava em actividade; de um jurista, de um assessor do director-geral e de um jornalista da Rádio Moçambique.

"O terrível disto", dizem, "é demonstrado pela ordem de pagamento de cerca de 14 milhões de meticais ao antigo director financeiro, Gil Mulhovo que foi transferido em 1993 para a fábrica de Chamanulo. Temos informações de que ele nem ia

trabalhar, mas, agora, vai receber salários, retroactivos e até subsídios de técnico. Nós gostaríamos de saber porque é que vai auferir esse montante se nem sequer esteve a trabalhar na fábrica do Chamanulo para onde fora transferido?"

No dizer dos trabalhadores, "este dinheiro devia pagar os empregados da fábrica, muitos deles com 15 ou 20 anos de serviços e sem outras alternativas de emprego, mas que hoje estão lançados ao desemprego por falta de dinheiro para o seu pagamento, enquanto há aqueles que nada fazem e continuam a receber".

"Há um compromisso estranho entre a direcção-geral e estes trabalhadores", adiantam os subscritores da carta-denúncia. Gil Mulhovo tinha vales no caixa que posteriormente foram convertidos em débito na sua conta, alegam.

A carta faz menção, igualmente, a casos de trabalhadores que já se encontram a prestar serviços noutras empresas, mas que não o declararam para continuar a receber o salário como permanentes. É uma desonestidade da qual a direcção tem conhecimento e que a apadrinha, numa atitude de protecção ao co-nivente.

"O grave desta situação é que os que assim se comportam são, aparentemente, aqueles trabalhadores dados como os mais responsáveis

uma vez possuírem formação superior".

Na sua denúncia, os trabalhadores da Cajú de

Moçambique terminam referindo que esta situação foi dada a conhecer ao secretário de Estado do Cajú

por intermédio do sindicato mas que até ao momento "não se produziu nada de concreto". ■

## Não há problemas na Cajú

— Afirma, peremptório, o director

O director-geral da Cajú de Moçambique, Júlio Cuamba, reagindo às denúncias feitas sobre a existência de desmandos e irregularidades, afirmou que "não há problemas na Cajú e se houver são coisas que eu desconheço".

Júlio Cuamba garantiu que não houve qualquer anomalia na transferência da caldeira "porque (ela) não foi vendida, foi emprestada à empresa Irmãos Pinto, empréstimo esse autorizado pela direcção, para se proceder a alguns ensaios nessa fábrica. A caldeira foi apenas emprestada".

Pelo empréstimo, a empresa já recebeu 30 milhões de meticais, enquanto a devolução terá que ser até ao fim deste mês.

A continuar, a nossa fonte disse que "havia realmente um pedido de compra da caldeira feito pela empresa Irmãos Pinto, mas não se concretizou".

Argumentando: "Como pode haver venda se a direcção não tem autonomia para proceder à venda de materiais?"

Em relação a outros materiais que os trabalhadores acusam a direcção de produção de estar constantemente a desmontar para fins desconhecidos, o nosso entrevistado afirmou que "o director de produção, se desmonta, é para ver os moldes e enviá-los a outras fábricas para que o vejam. Não há venda de materiais. Se há, não é do meu conhecimento".

Quanto à retirada de geleiras e camas da casa de hóspedes, a nossa fonte argumentou que "se se retirou alguma coisa, como os trabalhadores apontam, isso foi sem o meu conhecimento. Prometeu, porém, mandar averiguar sobre o assunto. Júlio Cuamba defendeu a

continuação do pagamento dos salários do chamado pessoal eventual como a médica, o jurista e o assessor. "Embora estejamos paralisados ainda há muita coisa que eles executam a bem da empresa".

O nosso entrevistado, no concernente à inclusão do antigo director financeiro na folha de salários, reconheceu o facto de Gil Mulhovo ter feito um pedido para auferir salários visto que ainda não tinha sido transferido o seu processo individual para Chamanulo mas que "eu instruí para que não se processasse nenhum pagamento a este trabalhador atendendo ao facto de já não estar nesta empresa". ■



Calisto Mauliango: "Fui ameaçado de morte".

## Retirada do CICV:

# "Satisfação e tristeza"

Os escritórios do CICV (Comité Internacional da Cruz Vermelha) foram oficialmente encerrados no passado dia 22 de Dezembro, em Maputo, dando por terminado o trabalho dessa grande instituição humanitária em Moçambique. Portanto, foi de retirada, esse

Comité que durante 14 anos prestou largo socorro às vítimas de guerra, deficientes físicos. Prestou serviços de saúde a populações que se encontravam em lugares inacessíveis, por razões de guerra, ou seja, milhares e milhares de famílias nos distritos,

localidades então consideradas sob controlo da Renamo. Até hoje, o serviço nacional da saúde ainda não contempla essas zonas, na sua acção.

O acto que marcou a retirada do CICV foi descrito como sendo "de satisfação e

de tristeza" pelo ministro dos Negócios Estrangeiros do novo governo, Leonardo Simão, ao explicar o facto de a retirada do CICV significar o término de conflitos militares no País, e, no reverso da moeda, partida de um grupo de trabalho que fez muito por

Moçambique durante os anos que o Comité permaneceu entre nós.

Para exemplo, o CICV deixou quatro centros ortopédicos, para além da grande ajuda prestada à CVM (Cruz Vermelha de Moçambique), que muito contribuiu para o crescimento e consolidação da associação nacional.

A CVM terá assim de "arregalar as mangas" na sua acção, dada a responsabilidade que implica atender a grandes grupos populacionais com enormes carências em muitos distritos e localidades pelo País fora, que com a retirada do CICV poderão ficar sem um mínimo de assistência sanitária.

Por outro lado, há o problema da seca sobre a qual a CVM sugere que a sociedade se compenetre para fazer face a essa calamidade. ■

A. E.

## Publicidade

**C.F. GAMA AFONSO**  
Despachante oficial  
Av. Maguiguana  
1880 Telef.  
732439, 400275,  
400513 Fax:  
400260 — Maputo



A Cajú está mergulhada numa crise.

guns directores da empresa, que se aproveitam da posição que ocupam para realizarem as suas intenções, que

receio de represálias, confundiram a este semanário que "há, igualmente, situações incompreensíveis

dentes" provocada pela má gestão, facto que levou a Cajú, uma empresa sempre lucrativa, a cair na "actual

rada para uma reparação. Só que no dizer dos trabalhadores, não se justifica a reparação visto que a fábri-

## Sindicato confirma irregularidades

Calisto Mauliango, secretário do comité sindical da fábrica Cajú, contactado para se pronunciar sobre as denúncias feitas por alguns trabalhadores confirmou a existência de algumas irregularidades e disse ter sido ameaçado por ter denunciado este facto numa reunião com o secretário de Estado do Cajú.

O sindicalista disse que como os trabalhadores viram a caldeira a ser desmontada, quiseram saber para onde teria sido levada e se o sindicato tinha algum conhecimento sobre o assunto. "Então fui procurar saber do seu paradeiro junto do director da fábrica, através de uma carta que lhe enviei no dia 4 de Novembro. Ele, na altura, não soube me esclarecer. Mas, como a carta também tinha sido dirigida ao delegado da empresa, Pedro Timba, este respondeu-nos dizendo que não tinha nenhum conhecimento formal da desmontagem da caldeira, nem para o lugar para onde teria sido levada nem quem o teria feito".

O sindicalista disse que com esta falta de esclarecimento sobre o caso "digo que o comité sindical não sabe, oficialmente, do paradeiro da caldeira e isso constitui motivo de muita preocupação. Por isso, num encontro com o secretário de Estado do Cajú, eu denunciei este facto. Nessa reunião nenhum dos directores da fábrica presentes explicou convenientemente sobre o mesmo. Só que após a reunião o director de

produção ameaçou-me de morte".

Calisto Mauliango acrescentou que "se eu morrer estranhamente, isso poderá ter algo a ver com as ameaças feitas".

Sobre outras anomalias aqui alegadas, a nossa fonte afirmou não ter conhecimento das denúncias feitas relativamente à retirada de ar condicionados, geleiras e camas das residências de hóspedes, mas enumerou o desaparecimento estranho de muitos bens da empresa juntando-se a roubos de materiais e motorizadas novas da empresa.

Acrescentou que "como a fábrica se encontra paralisada e com problemas financeiros não se devia continuar a processar os vencimentos da médica, do jurista, do assessor da direcção e do jornalista da Rádio Moçambique".

Sobre a inclusão na folha de salários do antigo director financeiro, Gil Mulhovo, transferido em 1993 para a fábrica de Chamanulo, Mauliango afirmou desconhecer o assunto, argumentando que "sou sindicalista e não administrativo".

A concluir, o secretário do Comité Sindical disse "não ter nenhuma informação de trabalhadores dispensados que estão empregues noutros sítios, mas, também, se estiverem a fazer alguns biscoitos por aí não há problemas nenhuns". ■



Júlio Cuamba, director-geral da Cajú: "Aqui não há nenhuma crise".